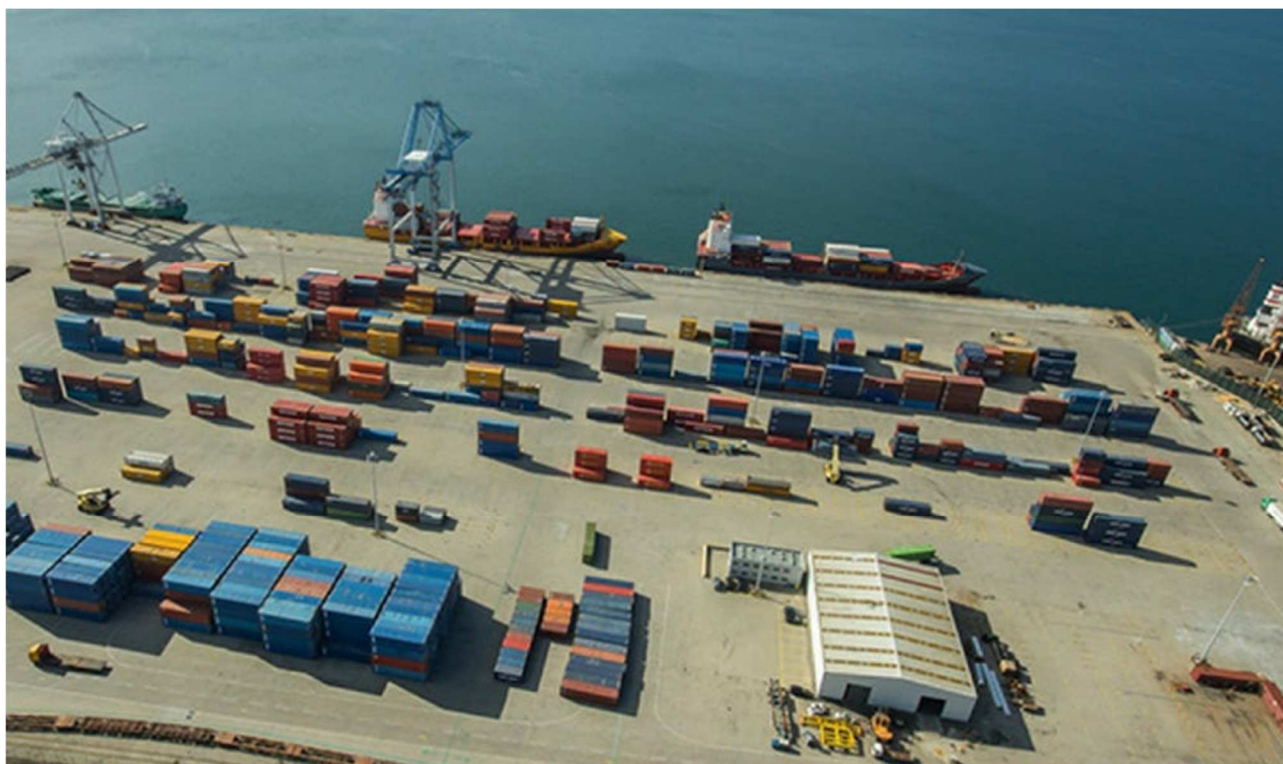


# Indústrias de Setúbal apelam a acordo urgente para parar greve no porto

[Nuno Miguel Silva](#) 11 Dezembro 2018, 19:42

Segundo as últimas estimativas, as principais indústrias da península de Setúbal devem valer cerca de 3,5% do PIB – Produto Interno Bruto em termos de faturação e devem rondar cerca de 10% do PIB no que respeita a exportações nacionais.



A Aiset – Associação das Indústrias da Península de Setúbal apela às partes envolvidas – sindicatos de estivadores e operadores portuários – “para concluírem urgentemente um acordo que permita encerrar este conflito e ser possível retomar a normalidade económica da região”.

Num comunicado divulgado hoje, dia 11 de dezembro, a que o Jornal Económico teve acesso, a ASET denuncia que “o prolongamento da greve dos estivadores no porto de Setúbal (...) está a agravar criticamente a situação das principais indústrias da península de Setúbal, de forte pendor exportador.

Segundo as últimas estimativas a que o Jornal Económico teve acesso, relativas a 2015, as principais indústrias da península de Setúbal devem valer cerca de 3,5% do PIB – Produto Interno Bruto em termos de faturação e devem rondar cerca de 10% do PIB no que respeita a exportações nacionais.

A ASET conta como seus associados com as empresas Autoeuropa (Volkswagen) Fisipe, Lusosider, The Navigator Company (Portucel), Sapec, Aicep Global Parques, Visteon, Secil, Vanpro (Faurecia), Laval, Alstom, AVE – Gestão Ambiental e Valorização Energética e Lauak, entre outras.

“Estas empresas têm tido sobrecustos muito relevantes para movimentar os seus produtos por outros portos, estando algumas a entrar em situações de incumprimento contratual com clientes, e a ficar fortemente condicionadas na sua capacidade de produção e armazenamento, enfrentando já situações de sério risco de abastecimento de combustíveis, matéria-prima e escoamento de produto acabado”, destaca o referido comunicado da ASET.

O mesmo documento acrescenta que “o forte condicionamento sentido nestas empresas pode originar a breve trecho, em algumas delas, paragens pontuais, caso não seja encontrada rapidamente uma solução negociada para o conflito que opõe estivadores às empresas de trabalho portuário neste porto relativamente à quantidade de trabalhadores efetivos e eventuais, devendo esta discussão restringir-se apenas e só ao porto de Setúbal e não a outros portos nacionais”.

Recorde-se que na passada sexta-feira, a ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, emitiu um comunicado anunciando o rompimento das negociações entre as partes, alegando que os representantes do SEAL – Sindicato dos Estivadores e da Atividade Logística exigiram no processo a resolução de questões laborais referentes, não só ao porto de Setúbal, mas também ao porto de Leixões e a outros portos nacionais.

Já no fim de semana, a governante disse acreditar no retomar rápidos negociações, mas dois dias passado nada de relevante foi anunciado.

“Este estrangulamento do porto de Setúbal afeta toda a economia da região, do país, os operadores portuários, os prestadores de serviços às empresas e os

armadores marítimos, que cessarão a sua atividade em caso de paragem forçada, para além de provocar danos ao porto de Setúbal, um exemplo de crescimento na última década”, acusa a Aiset.

Em declarações ao Jornal Económico, na semana passada, Diogo Marecos, administrador da Operestiva, um dos operadores portuários de Setúbal, revelou que três armadores internacionais – a McAndrews, Tarros e Arkas – já tinham trocado o porto de Setúbal por concorrentes espanhóis, em particular pelos portos de Vigo e de Santander, prevendo que a quebra de mercadorias movimentadas no porto sadino provocada por esta greve ascenda a 70% face ao movimento normal.

“Em causa estão o incumprimento de contratos de exportação, o abastecimento à indústria, o direito ao trabalho e mesmo o rendimento das famílias”, alerta o comunicado da Aiset.

“O desnecessário e incompreensível prolongamento do conflito laboral retira valor a toda a economia portuguesa, prejudicando em primeiro lugar os trabalhadores das empresas e suas famílias, que verão de imediato o seu rendimento mensal diminuído em caso de paragem das principais empresas, não ficando o próprio porto de Setúbal e os seus trabalhadores isentos de consequências negativas devido à perda de rotas e contratos”, assegura a Aiset.